

MENINOS DO CRACK E O DESAMPARO DA DESIGUALDADE: UMA ANTROPOLOGIA DOS “PÉS DESCALÇOS”

Beatriz Brandão ¹

RESUMO

Esse artigo tem o objetivo de apresentar o cenário dos meninos de rua e usuários de crack na cidade do Rio de Janeiro, identificando-os num processo de pobreza extrema, rejeição e exclusão social. A partir de conceitos sociológicos, abrem-se pistas de análises antropológicas, como um ensaio pré-campo, no qual são avaliados a formação de uma sociabilidade particular dos usuários de crack que vivem nas ruas da cidade. Nesse caminho, é feita uma pequena apresentação da formação do território de uso da droga, as chamadas *cracolânidas*, a relação deles com a rua e suas próprias escalas de exclusão, bem como a relação dos usuários em sua própria comunidade e com os moradores da cidade formal.

INTRODUÇÃO

Eu tenho sonhos, quero casar, ter filhos... Ou você estava pensando que drogado não sonha? Sonha sim, mas às vezes não dá tempo de realizar².

Às cinco da manhã um cachimbo da pedra se acende. Esse não é o primeiro a acender, alguns fumaram durante toda a madrugada, outros conseguiram dormir, vencidos pelo cansaço. À medida que o dia clareia, fica mais branca a fumaça que sobe daquele espaço, e no tempo em que o sol se coloca sobre o asfalto, sobre a cidade, mais e mais cachimbos vão acendendo, abrindo para mais um dia de sua *sociabilidade particular*, ao mesmo tempo pertencente à cidade e isolada dela. Pegam os apetrechos necessários para o uso da droga como se estivessem prestes a realizar um ritual, acendem a pedra e mergulham num novo estado. Uns preferem sentar para sentir e sorve-la de forma mais vagarosa, outros não vencem a ansiedade e fazem uso em pé, tem também o grupo dos que fumam no cachimbo e os que usam a lata, alguns se unem em grupos, ficam mais

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós Graduação da PUC-RIO. Mestre em Ciências Sociais pelo PPCIS/UERJ. Email: bia.brandao18@hotmail.com

² Depoimento de D.I. de dezenove anos e garçom. Fuma crack há sete anos e passou por doze internações de reabilitação. Trecho retirado do livro NONNENMACHER, Ana Paula. *Meninos do crack*. São Paulo: Novo Século, 2013.

perto, para trocar mais, outros preferem o momento de solidão, tendo a sua reflexão a sós, enquanto sentem cada aspiração como um último suspiro e sentido de vida. O crack está ali e é ele que dá as ordens e organiza aquela sociabilidade tão peculiar, dá o tônus da convivência, é ele que une os que ali estão numa unidade, porque estão juntos num só objetivo e ao mesmo tempo desvinculados entre si, de suas famílias, da sociedade, da cidade formal.

Depois da pedra nada mais importa. Um deles, depois de dar uma “pipada”³ queria passar para o outro lado da via, mas não teve a exata dimensão dos perigos de uma estrada com elevado limite de velocidade, vai, por entre os carros, na leveza com que se percebe diante da droga, alguns o acompanham, colocando, da mesma forma suas vidas em risco. Expõem-se a riscos em nome e em decorrência da droga, correm pela Avenida Brasil, entre as plataformas da Central do Brasil, pelas noites adentro de lugares sombrios, dormem ao lado de lixos, confundindo-se com insetos e animais. Tudo com a droga e por ela também.

Tais territórios, dominados por um elemento nocivo, no entanto não podem ser definidos somente por cenas emolduradas, há muito mais além de um quadro de

meninos com olhos vermelhos, olhar perdido, corpo franzino, um cachimbo na mão, roupas velhas e pés descalços. Essas cenas mostram que, da cabeça aos pés, eles estão marcados por uma diferenciação, por uma condição de subalternidade social. A imagem, ao contrário do que se mostra, não é estática, não é concreta e mostra nuances, que nos move a uma reflexão acerca dos motivos que os levou a essa fotografia em preto e branco; da posição desse menino em relação ao mundo social; sobre quais categorias sociológicas podemos analisá-lo e quais engrenagens políticas que se articulam para que imagens como essa se multipliquem. Enfim, uma figura encena uma multiplicidade de indagações, que não podem cessar em simples suposições ou juízos de valor. Numa perspectiva de voltar num processo cultural, histórico e político, não incorremos no equívoco de diminuir algumas trajetórias pessoais e situações isoladas a uma conjuntura descontextualizada:

Tendo estendido-se a todas as classes sociais e faixas etárias, os jornais fartam-se em enunciar trajetórias pessoais e dramas familiares nos quais a droga atua como protagonista detonadora dos conflitos, responsável pela ruptura de laços afetivos e sociais. Por causa do crack, dizem as

³ Termo usado por eles para dizer que acabou de fumar a pedra

notícias, perde-se o controle, o caráter, a vergonha e a dignidade; até a alma se perde um pouco. Para fugir do “vício” e de seu poder destruidor, mesmo a cadeia parece estar se tornando um lugar melhor. (RUI, 2012, p.03)⁴.

Visões que voltam seu foco, apenas, para resoluções pessoais, tendem a reduzir um debate complexo – que movimenta vários matizes - somente a uma questão psicossocial ou comportamental. O perigo de tais concepções é considerar o uso de soluções extremas, das quais ignoram o poder reflexivo de um usuário, já que, ao mesmo tempo em que se encontra num estado de vulnerabilidade, acrescenta-se um estigma, que é o da droga. Entretanto, a despeito da mudança de comportamento na vida social, de uma nova sociabilidade, da maculação do caráter ou até mesmo da alma, a afirmação que abre a epígrafe mostra que os chamados *cracudos*, que vivem na rua e têm a droga como rotina, não só racionalizam sobre a sua própria condição, como também fazem planos, sonham e vivem o mundo no mesmo plano de expectativas que os “cidadãos comuns”.

Apesar do tema da subjetivação e a capacidade reflexiva do *cracudo* se mostrar como pertinente e necessário, esse artigo se aterá a discussão macro do problema. Antes

⁴ Todas as afirmações da citação foram extraídas do jornal *O Estado de São Paulo* entre os anos de 2003 e 2005.

de chegar aos aspectos subjetivos de cada qual, que vive na condição de morador de rua e usuário da droga, abordaremos toda a estrutura que opera como sustentáculo para que ainda seja possível um crescimento tão grande de pessoas nessa situação. Por isso, nesse artigo, foi dado um *close* nos pés descalços, não em detrimento dos outros canais comunicantes, como os olhos perdidos, as mãos que seguram o cachimbo ou a roupa que os veste. Mas sim, porque usamos como uma metonímia do símbolo estigmatizante mais visível: os pés descalços. Esses pés abraçam um conceito mais amplo da pobreza extrema, opera como um sinal da *subcultura da evitação*⁵ e apartação. É uma marca simbólica da exclusão real.

1. UM GRUPO DE PÉS DESCALÇOS: QUEM SÃO? DE ONDE VIERAM? PRA ONDE VÃO?

Embora a descrição desse cenário seja algo contemporâneo, novo e real nos dias de hoje, a situação está sustentada em um processo histórico, que se formou com características distintas em cada período, mas balizada pelas mesmas carências e faltas de necessidades supridas: estamos falando

⁵ Conceito utilizado por SILVA & MILITO.

da *pobreza*. “Incontestavelmente a miséria econômica está na base da maior parte das situações de grande marginalidade, senão de todas” (CASTEL, 1997, p. 20). Paradoxalmente, esse grupo dos pés descalços do qual falamos está sem inserções formais na sociedade, mas no âmbito sociológico se inserem em diversas categorias, sendo a pobreza a que dá aparato para todas as outras. Concordamos, assim, com a afirmação de Castel que a exclusão, vivenciada por eles, está inserida num processo:

Gostaria de propor uma hipótese para interpretar o modo de existência de um certo número de grupos ou de indivíduos rejeitados do circuito comum das relações sociais: indigentes, “drop out”, sem domicílio fixo, certos toxicômanos, jovens à deriva em subúrbios deserdados ex-pacientes psiquiátricos ou ex-delinquentes saídos de instituições, etc. Trata-se de tentar tomar a marginalização como um processo e de compreender a situação desses indivíduos como resultado de uma dinâmica de exclusão, que se manifesta antes que ela produza efeitos completamente dessocializantes. A grande marginalidade apresenta-se, assim, ao fim de um percurso. Esta zona de exclusão ou de quase exclusão é alimentada tanto por marginais propriamente ditos como por aqueles que estão ameaçados, instáveis, frágeis, correndo o risco de cair na marginalidade. (CASTEL, 1997, p. 19).

A pobreza sempre existiu, mas novas ramificações, capilaridades, liames e formas de atuação política e combate foram criadas com o passar dos séculos e das novas

demandas sociais. Tocqueville (2000), no início de seu livro, faz uma apresentação da formatação da desigualdade e da pobreza com o caminho “da caça à agricultura” e da “agricultura à fábrica”, mostrando que nessas passagens os desejos se complexificam. Contudo, uma de suas primeiras afirmações ainda pode ser vislumbrada nos dias atuais: “os países que parecem ser os mais pobres são aqueles que, na realidade, têm menos indigentes, enquanto que, entre os povos mais admirados por sua opulência, parte da população é obrigada a contar com doações de outros para poder viver” (TOCQUEVILLE, 2000, p. 75-76).

Ao adentramos num contexto de transição para o capitalismo, caracterizado pela expansão do comércio e a valorização das cidades, a pobreza se torna visível, incômoda, e passa a ser reconhecida como um risco social. A primeira fase da evolução da política social para conter essa nova demanda consistiu nas chamadas Leis dos Pobres⁶. Apesar da Lei dos Pobres vir como

⁶ As Leis dos Pobres eram ordenações de Estado que faziam compulsória a “caridade”, implicando a criação de um fundo público – o imposto dos pobres, em geral recolhido pelas municipalidades – e que tinham por finalidade tirar os pobres das ruas. Vigoraram em grande parte dos países europeus entre os séculos XVII e XIX, e a despeito de terem apresentado variações expressivas no decorrer deste período, se caracterizaram pela natureza caritativa,

um marco institucional e entrada do Estado no amparo aos pobres, essa época estava marcada por uma grande influência católica, na qual a obrigação de dar estava atrelada não só a uma questão civil e social, mas a uma obrigatoriedade religiosa. O rico, para garantir a salvação, dava a esmola e o pobre não deveria se rebelar contra a pobreza, caso se revoltasse poderia ser amaldiçoado nessa ou na outra vida,

A existência de desigualdades sociais é quase tão antiga quanto a história da civilização humana. Até a Declaração dos Direitos do Homem, de 1789, que proclamou serem todos os homens iguais, diferentes modos de produção e de organização social e política reproduziram contextos em que, pela tradição e mesmo diante da lei, a desigualdade era institucionalizada. Mecanismos para mitigar situações extremas, que representassem algum risco à paz e à estabilidade social, existiam, mas estavam essencialmente circunscritos à esfera da ação privada, sobretudo do âmbito religioso. Remonta ao fim do feudalismo a primeira geração de políticas públicas voltadas ao amparo da pobreza extrema. (BURSZTYN, p. 27)

Com o crescimento populacional e das complexidades próprias do urbano, novas políticas se formaram diante da necessidade de solução, combate ou, ao

pela forma de assistência pública e pelo alvo a que se destinavam: a pobreza. A pobreza, nesta fase, é o risco social predominante. O Estado age para proteger a sociedade da ameaça representada pela pobreza (à qual se associam a indigência, a doença, o furto, a degradação dos costumes) e para proteger os pobres. (WERNECK VIANNA, 2003, p. 03).

menos, uma diminuição do impacto da pobreza. São praticadas formas alternativas, agora desvinculadas das práticas religiosas, isto é, a caridade não dominava como pressuposto de auxílio, ela não agia mais como princípio coercitivo. Outra temática se levanta como legítima, ainda no século XIX: a ideia de reclusão, quem não tem possibilidade de sustento, deveria ir para uma instituição. Com toda essa efervescência na mudança e no papel da cidade, uma nova mentalidade surge: mais individualista, com preponderância das capacidades individuais, o que faz a diferença é o que cada indivíduo faz de suas possibilidades. No entanto, as questões sociais que surgiam em decorrência da pobreza e da acentuação da desigualdade não foram sancionadas, surgindo sempre novos elementos. E a situação de miséria, ao invés de uma condição de dependência da caridade, começa a cair no banimento e na punição da pobreza. Surge e ganha eco a demolição sorradeira da agenda de direitos, na qual se questionam se os auxílios sociais não seriam privilégios. “Para implementar a revolução neoliberal, Estados abandonaram a regulamentação do bem-estar social para priorizar a administração penal dos rejeitados humanos da sociedade de mercado, que tende a incorporar o

subproletariado a uma sulfurosa marginalização” (WACQUANT, 2008, p.09).

A assistência política e institucional, ainda que existente atualmente, cede seu espaço a manifestações de cunho e argumentação moral, que penaliza a pobreza e os empurra para um processo mais profundo e múltiplo, que não leva mais em conta apenas as razões econômicas. A punição da pobreza é uma representação das variadas facetas do caminho dos pobres, não está alinhado somente com uma perda de ganhos econômicos, está tanto na zona de “estratificação socioeconômica quanto na estratificação simbólica” (ESCOREL, 2000).

“Contar os pobres” é, sem dúvida, uma operação indispensável, ainda que por razões apenas administrativas. Porém, a heterogeneidade das avaliações revela bem que a dimensão exclusivamente econômica nunca oferece uma informação suficiente. E mais: existem formas de pobreza real que não suscitam problemas. Existe uma pobreza integrada. (CASTEL, 1997, p. 21).

Castel (1997) fala dos eixos de vinculação e desvinculação do sujeito, que, dependendo do grau de cada um, pode levar a pessoa a uma zona de inserção, de assistência, de vulnerabilidade ou de desvinculação ou exclusão. “São esses eixos que envolvem trajetórias de vulnerabilidade, fragilidade ou precariedade e até ruptura dos vínculos em cinco dimensões da existência humana em sociedade”. (ESCOREL, 2000,

p. 141). A última zona - que pode ser chamada também de desfiliação – é um retrato do duplo desligamento, sem inserção no trabalho e nem no âmbito relacional.

O personagem tipo da zona de grande marginalidade, ou de desfiliação, é o vagabundo. Ele não trabalha, apesar de poder trabalhar, no sentido de estar apto ao trabalho. Ao mesmo tempo, ele está cortado de todo apoio relacional. É o errante, o estrangeiro que não pode ser reconhecido por ninguém e se encontra rejeitado, de fato, por toda parte. Conseqüentemente sobre ele recaem medidas repressivas cruéis, do rechaçamento à exposição à morte, em casos extremos. (CASTEL, 1997, p. 24).

Os meninos de rua usuários de crack fazem parte carregam a desvinculação do trabalho e de todas as redes que os sustentam como cidadão, muitas vezes nem existem legalmente, pois não possuem documentos; estão apartados de qualquer elo forte que os ligue à sociedade. Faltam-lhes o documento, a moradia, o trabalho, muitas vezes lhes falta a família, as redes de proteção, lhes faltam os sapatos. Além de colecionarem todas as desvinculações citadas por Castel (1997) – de valor socioeconômico e simbólico – ainda possuem um estigma a mais, são usuários da droga mais degradante do momento: o crack. A soma de estigmas e mazelas os levam a quase total desintegração. Estão eles no fim do percurso de todas as zonas, mas ainda lhes resta uma forte ligação, com a droga.

A condição limítrofe de situação de excluído que pode ser verificada empiricamente no cotidiano de pessoas que moram nas ruas da cidade, dos que estão “sem lugar no mundo”, totalmente desvinculados ou com vínculos tão frágeis e efêmeros que não constituem uma unidade social de pertencimento, é parte de uma trajetória composta por situações variadas (heterogêneas) de extrema vulnerabilidade. (SCOREL, 2000, p. 140)

A conclusão de Escorel sobre a exclusão encaixa sobremaneira na realidade dos meninos do crack, que perambulam com seus cachimbos e são comparados a outro tipo de espécie, das quais perdem a voz, o poder, a ação e, principalmente, o seu valor de vida frente à sociedade. “Considero a exclusão social como um processo no qual – no limite – o indivíduos são reduzidos à condição de *animal laborans*, cuja única atividade é a sua preservação biológica, e na qual estão impossibilitados do exercício das potencialidades da condição humana”. (SCOREL, 2000, p. 140, 141)

A exclusão - traduzida pelo ato de colocar o outro à parte - pode se iniciar pela ordem econômica, mas mergulha na esfera simbólica com veemência através de ações de subalternidade, do olhar de cima para baixo. Tanto as políticas repressivas quanto a atitude de um quantitativo da sociedade mostram que esses meninos não são necessários e que, para eles, sua presença só denigre e atrasa a possibilidade de

crescimento. Assim, “para que se caracterize de fato uma situação de exclusão social é preciso também que se estabeleça uma *desnecessidade* daquele que está em condições de inferioridade na hierarquia social” (BURSZTYN, 2000, p. 28). Nos trâmites desse artigo uma pergunta surge: que fim merece aquele que não tem vínculos de pertencimento, já que não são necessários para que a vida funcione?

Todavia, tal rejeição do mundo externo para com eles, leva a uma suposição de que a vida nas ruas, unida ao uso de droga, os transforma em seres desprovidos de reflexão. Não obstante a essa negação, lhes resta a força subjetiva e o pensamento sobre a sua própria condição, como mostra essa pesquisa realizada em 2013: “Setenta e oito por cento dos usuários de crack desejam mudar de vida, recebendo tratamento para abandonar o vício.” A afirmação é um dos resultados da pesquisa, desenvolvida pela Fiocruz e o Instituto de Psiquiatria da UFRJ, que traça o perfil dos usuários de crack no Rio de Janeiro e Salvador.

Portanto, posto que estão inseridos na última etapa do processo de vulnerabilidade e marginalização apresentadas por Castel, nos dão respostas frente à exclusão na qual foram inseridos. Malgrado suas vidas nas ruas e o uso diário

da droga, que os retiram parte da capacidade da consciência, mostram que os *corpos abjetos* não supõem uma mentalidade irreflexiva.

Com os pés no chão: a rua e suas escalas de exclusão

A literatura nos abre um mundo de dramas e alegrias vivenciados na rua, mas sem perder sua alma lírica e encantadora, como a de João do Rio, que nos descreve a rua como um “fator da vida das cidades, a rua tem alma” (BARRETO, 2008, p.03). Por guardar, em sua concretude, essa consciência milenar, é a partir dela que temos acesso às verdades veladas, seja na literatura, na sociologia ou na antropologia, a rua recebe a todos, com seu solo democrático, fazendo emergir, sem subterfúgios, a heterogeneidade existente na cidade. Por caminhos diferentes, cada ciência delinea o papel da rua, mas sempre chegando ao consenso de sua multiplicidade. A vida nas ruas nos abre um espaço convidativo a conhecê-la e simultaneamente nos afasta, por seu caráter inspirador, mas, ao mesmo tempo, sombrio e misterioso. Os que nela vivem se inserem numa teia de experimentos, marcados por um processo de construção e desconstrução diário, onde a

ruptura é o único fato certo de ocorrer. São as rupturas diárias que formam suas vidas tal como mosaicos, ou seja, na união de cacos fragmentados. Assim, a rua, por seus traços provocativos e instigantes, incita sentimentos ambíguos, de desejo por desvendá-la, e de distanciamento, produzido e repercutido pelo medo.

No entanto, é exatamente por se formar e se mostrar de modo tão paradoxal, que suscita o fascínio do morador e a curiosidade do pesquisador sobre esse lugar que “sob os céus mais diversos, nos mais variados climas é a agasalhadora da miséria. A rua é o aplauso dos medíocres, dos infelizes, dos miseráveis da arte”. (BARRETO, 2008, p.03).

A rua se coloca para aos meninos que nela habitam como a referência de muitos valores, mesmo que postos de forma dilapidada. Somente ela permite que eles sejam os promotores de suas ordens, regras e leis, formando um específico código simbólico de sociabilidade. Elaboram seus valores de ética e inclusão, montam suas redes sociais e o que os confere identidade, agora, é a rede, que admite a formação das relações privadas no espaço público. Nas palavras de João do Rio vemos que “a rua é generosa. O crime, o delírio, a miséria não os denuncia ela [...] A rua sente nos nervos

essa miséria da criação, e por isso é a mais igualitária, a mais socialista, a mais niveladora das obras humanas”. (BARRETO, 2008, p.03).

A *liberdade* encontrada nas ruas os provém de autonomia, afirmação ativa e decisão própria, indo de encontro a teorias que apresentam uma total dessocialização e perda de si. Não obstante a esse fato, a rua também mostra suas diversas faces ao morador. Ao passo que o confere um “livre-arbítrio” em suas atitudes, os englobam num processo discriminatório, na qual há uma ambivalência e um abismo entre a vida em sociedade e a deles, onde a lógica de equilíbrio entre a diferença e a equivalência se subverte.

Esse assunto nos abre para um *zoom* analítico nas variações dentro da rua, pois, embora seja um local democrático e da aceitação, ela também mostra camadas de diferenciação entre seus próprios moradores. Na autonomia que lhes é concedida, de montar suas próprias regras de convivência, montam-se escalas de aceitação entre eles. Castel (1997) falou de quatro zonas de integração e desintegração na vida em sociedade, mas dentro da rua há também as diferenças próprias de lugar misto e heterogêneo. Há uma hierarquização da rua, na qual se formam suas escalas de exclusão.

Nessas, o crack ocupa o primeiro degrau dos rejeitados. A rua não é homogênea.

Dentro da própria rua eles podem circular entre as zonas de integração/desintegração de Castel. Podem sair da zona de exclusão plena para a da vulnerabilidade, dando a possibilidade de mudança dentro de um estado de exclusão, como o caso dos catadores, que saem de uma posição de exclusão plena – os desnecessários – para um de vulnerabilidade – parcialmente necessários.

Como atores econômicos, os moradores das ruas podem chegar a se inserir em circuitos oficiais de mercado, como é o caso dos que catam latas de alumínio, papel e metais, que são vendidos a “atravessadores” que, por sua vez, fornecem matérias-primas a indústrias de reciclagem (...) Vale ressaltar que, contrariamente ao enquadramento na categoria de excluídos, que pressupõe a *desnecessidade* do morador das ruas, no caso dos catadores trata-se de trabalhadores “úteis”. São úteis, na medida em que o fruto de seu trabalho contribui para esferas mais amplas do sistema produtivo oficial. (BURSZTYN, 2000, p. 234 - 235).

Dentro da rua se formam vários tipos de moradores, Bursztyn (2000)⁷ apresentou uma tipologia da população de rua, como uma cadeia de posições, cada categoria analisada “tem traços bem particulares, diferenciando-se pela relação com o trabalho, estratégias de subexistência,

⁷ A pesquisa de Bursztyn foi realizada na cidade de Brasília, mas possui toda uma base teórica e prática comum com outras cidades do Brasil que possuem um número elevado de moradores de rua.

vinculações sociais, expectativas e visão de mundo”. (BURSZTYN, 2000, p. 239). O autor coloca na gradação de categorias: catadores de lixo seco; trabalhadores de rua; flanelinhas; catadores nômades; sem lixo e sem teto; andarilhos; pivetes; *foras-da-lei*. Nessa hierarquização da rua, a *cracolândia* está no rés do chão.

Ainda dentro da *cracolândia*, os degraus de enquadramento não cessam. Como é uma vida social montada por eles, carregam tipologias externas de diferenciação postas em prática em suas próprias regras e leis internas. Existem punições aos que criam desavenças ou trazem a repressão. É um território simbólico de compromissos. Os que se tornam usuários descontrolados e não respeitam limites são chamados de “Vudus”. São os encenqueiros que ficam sob efeito quase permanente de crack ou outras drogas. Destarte, há uma sobreposição de valores do macro ao micro, do luxo ao lixo, do lixo ao luxo.

2. CRACK, CRACUDOS E CRACOLÂNDIA

O crack

Antes de chegar às terras brasileiras, o crack era consumido apenas pela classe

baixa nas metrópoles dos Estados Unidos, como Nova York. A droga era feita com o refugo da cocaína e, de tão potente, os traficantes acabavam perdendo a clientela, pois viciava rapidamente, o que causava um grande número de morte dos consumidores. O efeito é mais intenso que o da cocaína porque a presença da substância ativa excitante é muito maior que o da droga inalável. Como estratégia de venda, acrescentaram outras substâncias, passando não mais a ser somente a sobra da cocaína, passando a ser obtido a partir da mistura da pasta base de coca concentrada com bicarbonato de sódio. Nessa mesma década, em 1988, o crack chega ao Brasil, primeiro na cidade de São Paulo.

Uma teoria diz que o crack veio parar no país porque o mercado ficou saturado da cocaína, que possuía um preço elevado, variando entre trinta e cinquenta reais o grama, e tinha pouca saída. Sendo assim tiveram que criar uma nova forma de usar a cocaína (...) As pedras são oito vezes mais potentes que a cocaína. Estima-se que se viciam logo nas primeiras fumadas. A absorção do crack é feita por via pulmonar e, em quinze segundos, atinge os neurônios (...) Em 2009, do total de pessoas usuárias de drogas, 90% consumiam o crack. Segundo a Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, entre sua população existe aproximadamente 55 mil usuários de crack. (NONNENMACHER, 2013, p. 17-18)

No início da década de noventa, a imprensa se perguntava como o crack não chegava ao Rio de Janeiro, pois a cidade já

era famosa pela disputa entre grupos armados de narcotraficantes, diariamente repercutida nos noticiários. Trata-se de uma *novidade* no mercado das drogas, já que as pedras não eram queimadas e sim inaladas, além do baixo custo (cerca de R\$3,50 por pedra já nos anos 90). Os sintomas da abstinência da droga são proporcionais ao seu efeito multiplicado, uma vez que o crack tem rápida absorção pelos pulmões em sua forma gasosa. Além das pedras que são derretidas em cachimbos improvisados, há o zirrê, cigarro em que a pedra esfarelada é misturada a fumo comum. Mais recentemente, se espalha desde a fronteira do estado do Acre até o sul do país o Oxy, versão do crack produzido também a partir de pasta base de coca processada com querosene ou gasolina. O nome “oxy” vem do diferencial das pedras que assumem uma cor ferruginosa, lembrando metal oxidado.

Pela sua composição, o crack e o oxy representam um problema diverso em termos de combate à difusão das drogas. Sua fabricação dispensa laboratórios de refino mais sofisticados e também não utiliza o éter (substância controlada e mais facilmente rastreável). Em suma, o crack e o oxy podem ser produzidos em grande escala em qualquer lugar, ampliando o rendimento de uma quantidade de pasta básica de coca para

além do que se conseguiria com a cocaína, ainda que o valor da dose seja inferior.

Mesmo com a inicial recusa do tráfico organizado, pois tinha sua base na cocaína e na maconha, no final da década de 90 o crack ganha as ruas do Rio. Era a expansão da estratégia do narconegócio que, já então, perdia espaço para as organizações criminosas de milícias que exploravam tv a cabo, extorsão e ágio sobre botijões de gás vendidos nas favelas. Se uma política pública de segurança não conseguira eficazmente conter o tráfico armado, a competição pela exploração dos moradores das favelas o fez. Inicialmente seu uso estava restrito à população de rua (como o era em outros centros urbanos) e à população jovem das favelas. Setores da imprensa que antes estavam intrigados com a ausência de crack no Rio chegaram a ver com otimismo o fenômeno das milícias e deixaram de perceber que o crack chegara ao Rio para manter o capital de giro do narconegócio. No início, nas favelas da Zona Sul, os traficantes obrigavam que meninos de rua e usuários da comunidade consumissem a droga dentro dos limites da favela. O consumo era intenso, mas não ostensivamente visto. Com o tempo, as *cracolândias* ocuparam espaços liminares sob a mesma capa de invisibilidade da favela, como os arredores de linhas de

trens e ruínas de fábricas abandonadas. Pode-se afirmar que a atual ausência de uma rede eficaz de atendimento a dependentes químicos é resultante dessa invisibilidade social e política que foi estratégia de negócio e efeito continuado da naturalização da desigualdade.

A cracolândia

A apresentação aqui pretendida não é, exclusivamente, sobre uma droga relativamente nova e seus usuários, mas sobre como a presença desta droga altera o ambiente em que jovens e adultos – usuários ou não – vivem em situação de rua. Por isso, olhar para o território onde essas práticas se desenham é parte essencial. O território escolhido para o uso diz muito da própria relação com os agentes políticos e atores externos, por exemplo a presença de muitos usuários nos arredores do centro da cidade e na linha férrea da Central do Brasil. Ponto em cujas redondezas estão secretarias de governo do Estado e o comando militar, são áreas em que é impossível não perceber a presença da venda de drogas que se desenvolve em determinados horários, mas mesmo com essa proximidade o uso não cessou.

As *cracolândias* serão analisadas, nos limites desse artigo, em paralelo com a análise de Wacquant (2003) sobre o gueto americano. Ainda que os dois possuam características e histórico distintos, conservam semelhanças em seu plano teórico. Os principais pontos nodais de costura entre ambos ocorrem a partir da visão de Nobeit Elias sobre a *descivilização e demonização* dos territórios. A descivilização se dá no sentido sociorrelacional, é causado por desajustes espaciais, “retração do Estado, desintegração do espaço público, além do esgarçamento dos laços sociais no núcleo urbano”. Tal processo sociorrelacional emergiu para o nível simbólico da demonização. “Descivilização e demonização servem para legitimar políticas públicas de abandono urbano e contenção penal, responsáveis pela situação de risco do Cinturão Negro no fim do século passado”. (WACQUANT, 2003, p. 11).

Wacquant conclui que o gueto americano é marcado por uma despacificação do cotidiano, evidenciada em taxas excessivas de violência pessoal; uma desdiferenciação social que conduz à desertificação organizacional e por uma informalização da economia. Cada uma dessas forças internas resultou no colapso

das instituições públicas e na substituição gradual da rede de assistência do Estado de bem-estar social pela “rede de arrasto” da polícia, dos tribunais e das prisões.

A análise versa sobre um território segmentado, de moradia somente de negros, que tem em seu bojo outra natureza, mas que em suas consequências visíveis podem ser vistos características “irmãs” às *cracolândias* do Rio de Janeiro.

Os cracudos e o universo do crack

“Perambulantes, vira-mundos, pessoas desterradas e sem vínculo com locais fixos” (BURSZTYN, p. 231) são algumas das nomeações que os moradores de rua recebem, mas no caso dos usuários de crack somam-se adjetivos: *cracudos*, *zumbis*, *seres abjetos*, qualificações que se resumem em *seres sem consciência*. “Procede-se assim, a uma desumanização do outro ou a uma ‘diferenciação tal que chega a criar espécies diferentes” (BUARQUE, 1993 *apud* Escorel, 2000, p. 144). Porém, em resposta a essas adjetivações *teimam* em continuar vivos, mesmo manchando a paisagem.

A população que mora nas ruas é personagem e cenário do drama social das grandes cidades do país. Personagens que narram suas trajetórias de múltiplas,

constantes e cumulativas desvinculações. Expõem o ponto de degradação que as condições de vida urbana atingem. Cenários do meio ambiente social desaparecem na paisagem, naturalizados, banalizados em sua miséria e isolamento. Constantemente despojados de seus poucos pertences, instados a circular pelas ruas sem poder fixar-se, sobrevivem a cada dia de teimosos que são, insistindo em continuar vivos e expor suas misérias no espaço público. (ESCOREL, 1999, p. 139).

Por provocar sentimentos de repulsa, é vivo o debate sobre o que se deve fazer com esse problema. Por tal fato, o universo do crack e suas disposições tem sido alvo para operações políticas e análises constantes, porém, é necessário dar a elas o percurso correto, nesse caso, é não respaldar a droga como a causa e sim como a consequência: não é a droga que leva para o caminho da miséria e sim a miséria que, muitas vezes, direciona a vida deles à dependência. Desse modo, não é o crack que traz os meninos à rua e sim uma situação de exclusão, que se constitui num fenômeno “integrado por processos de vulnerabilidade, fragilização, precariedade e ruptura dos vínculos sociais em cinco dimensões: econômico-ocupacional, sociofamiliar, da cidadania, das representações sociais e da vida humana” (ESCOREL, 1999, p. 17).

Trazendo o conceito para a realidade dos meninos de rua temos a presença de um “dispositivo de assistência social” arquitetado pelo poder público e que se

configura de forma mais pontual, localizado em torno de problemas que afetam diretamente o governo, ou seja, que são de ordem política. Ao focar nas práticas, poderes e saberes que circundam os moradores de rua atendidos por esse dispositivo, nos direcionamos para uma rede que se conforma de maneira muito particular. Tal escolha se deu por esse dispositivo apresentar uma urgência atual: a retirada, às vezes forçada, da rua das pessoas que nela moram.

A retirada dos meninos que vivem de perambular nas ruas é legitimada e ganha coro justamente porque são reconhecidos como inúteis na esfera social. No que podemos dizer que eles são funcionais? Na visão geral eles vivem às custas de roubos e roubam, simplesmente, para alimentar os vícios. São aqueles que, aparentemente não contribuem em nada com a economia e, apenas, dilapidam a “ordem social”, ou seja, seres dispensáveis de qualquer convívio. Mesmo sem contribuir diretamente para a economia de produção, eles são úteis na esfera moral, servem como o anti-exemplo para os filhos da classe média, como a formação do estereótipo de inimigo e de apartação.

O crack veio dar lógica e sentido a uma política que une violência e vigilância

de corpos. De forma paradoxal, há uma forte presença e vigilância desses corpos, porém, a vigilância responde a um objetivo de política higienista, que age na retirada da pobreza e disciplinarização dos corpos como sustentáculo do modelo que alimenta e reproduz as instituições do Estado. O apelo que temos, e que se manifesta no senso comum, é que a vida na rua é a do consumidor de crack. Já não são mais tratados como crianças e adolescente e sim como drogados, e essa mudança transforma a forma de atuação e intervenção, levando para uma área que ultrapassa o direito. Isto é, transforma-se a identidade dos meninos para justificar uma ação autoritária.

As ações repressivas desenvolvem e fixam as fronteiras de construções morais no espaço público, o que torna o crack um instrumento de criminalização da pobreza, usado como ataque a população em situação de vulnerabilidade. Essa problemática é complexa e necessita da atuação e direção do Estado, que deve unir a assistência social com a área de saúde e de segurança pública, tratando as demandas de modo intersectorial, não isolando o problema como um caso de culpabilização dos sujeitos, por exemplo. É claro que este é apenas um ponto de se pensar essa questão que se imbrica à ordem estabelecida pelo Estado e viabiliza a

produção de sujeitos “descartes” e “invisíveis”, caçando e criminalizando não os componentes que levam ao consumo e distribuição das drogas e das situações de miséria, mas punindo a quem nela – miséria – se encontram.

3. OS PÉS DESCALÇOS E OS PÉS CALÇADOS

Nos discursos que ecoam na mídia e na sociedade em geral, os jovens são vistos a partir de um binômio, como consumidores ou como infratores. A abordagem está “domesticada” para que os julgamentos se formem a partir do que é exceção e não do que é rotina. Isso é ilustrado quando um *jovem infrator* comete um crime bárbaro, a notícia é repassada continuamente e reverbera formando uma cadeia de opiniões pré-formadas como estatutos da verdade: “essa anomalia é corriqueira entre os jovens e, por isso, merecem a punição merecida”. Permeados pelo senso comum, não há uma reflexão sobre o papel dos jovens como atores sociais.

Assim, se caracteriza a ação política e institucional, que tenta defender a sociedade desses “criminosos potenciais ou de fato”, que transmitem o risco. Todavia, a escolha por tal filosofia política prejudica todo processo de sua carreira moral.

Segundo Bauman (1999) e Wacquant (2001), a “criminalização da pobreza” tornou-se a “política social” da contemporaneidade. (*apud* Fridman):

A política social mencionada é uma forma de dizer que a sociedade não tem mais interesse em reeducar para o trabalho, para a produtividade ou para a disciplina. [...] Processa-se agora a “limpeza”, a “higiene social”, ou seja, a eliminação da “impureza social”. O destino dos “consumidores falhos” (outro conceito de Bauman associado à mesma condição de não fazer parte do jogo) é o lixo, assim como eletrodomésticos cujo reparo dos defeitos é mais caro que um novo exemplar. Vigiar e punir? Não, deixar definhando (FRIDMAN, 2008, p.82).

Quando são *pegos* e vão para instituições, essas – assim como as ruas – continuam sem garantir seus direitos básicos. Tais questões não são abordadas de maneira extensa pela grande mídia ou por um quantitativo da sociedade, só entrando na pauta dos debates em casos de rebelião, momento em que se retorna a discursos de penalidade devido ao código ético e legal de regras quebradas. Nesse movimento de condenação, vemos o retorno real da punição da pobreza, tratada por Wacquant.

As notícias incidem na juventude de forma mais ampla, mas quando esses são usuários de crack, os *cracudos*, aqueles que, realmente, oferecem um perigo quase que palpável à sociedade, a lógica da vida matável impera, é a vida sem valor, aquela que só oferece prejuízos aos demais. “Parte

da população (que mesmo sem apertar o gatilho os quer mortos) lamenta a existência dessa postulada vantagens da minoridade, e reclama veemente contra elas. Justificam-se ao retirar desses personagens a própria condição da juventude, assim considerada ilícita para eles”. (SILVA & MILITO, 1995, p. 25).

Essa máxima rejeição ocorre porque, como afirma Buarque (1993): “a desigualdade levada a seu paroxismo pode gerar uma situação de *dessemelhança*, caracterizada pela ruptura dos laços de solidariedade e de pertencimento a uma mesma espécie, que permitem a identidade entre seres humanos”. (BURSZTYN, 2000, p. 28). Seja a repugnância ou a indiferença, ambas calam a voz deles, deixando-a, de fato, por um fio. É possível detectar uma das causas de seu diálogo com a sociedade abrangente ter sido brutalmente modificada. Esse fato diz respeito a uma mudança de perfil do morador de rua, que antes era caracterizado e personalístico, conhecido e reconhecido. Eram vistos pelo olhar da pena, no qual ao ajudar-lhes, os sujeitos sentiam-se como que “fazendo o bem” a um necessitado. Em contrapartida, o mendigo de hoje, despessoalizou-se e “se perdeu” em meio a uma pluralidade de identidade: crianças, adolescentes, famílias. Com essa

modificação o olhar da sociedade em geral também se afastou, pois a multidão que se formava e aglomerava nas cidades, eram um símbolo de decadências individuais e coletivas.

Os mendigos de hoje despessoalizaram-se numa multidão anômica a agitar signos coletivos. [...] Essas crianças que erram nas ruas nos exibem cotidianamente a gestação da decadência, da inutilidade e da miséria. [...] O diálogo entre o desarmado pedinte e seu protetor familiar equilibrava-se sobre convenções dialógicas absolutamente distintas das que hoje cercam o diálogo desequilibrado entre o armado carente e um estranho desprotegido (SILVA & MILITO, 1995, p. 32).

Vê-se que as ações da população e a atuação estatal estão imbricadas e uma reflete a outra. Nesse caminho, a criminalização de comportamentos e a repressão acabam justificando-se na busca por higienização e segregação social aos que estão tão próximos e ao mesmo tempo tão distantes de nós, pois “quando estão nas cidades são vistos como seres estranhos da população” (BURSZTYN, p. 231).

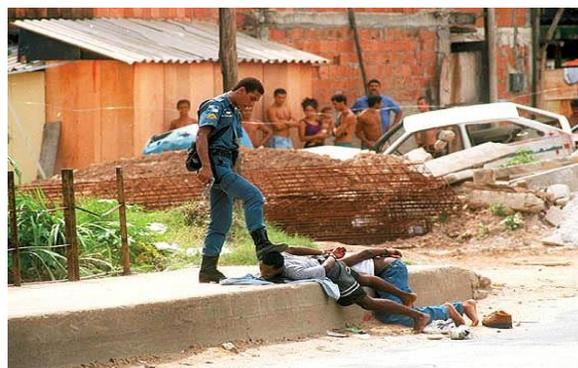
CONCLUSÃO

Os meninos em situação de rua e a *cracolândia* são epígrafes da margem estabelecida a partir da vida precária e de territórios estigmatizados. O uso do crack faz parte do processo de construção dos

limites legais e extra legais e, conseqüentemente, da construção de si. A existência desses “farrapos humanos” tem uma força política inaudita e pode funcionar como um ponto de partida, uma âncora, para crítica nessa era da apatia, pois eles põem que questão a maioria de nossas instituições – família, escola, segurança, saúde. Seja pela impossibilidade, num cenário de extrema desigualdade, de democratização do caráter integrador que comportam. Seja por escancarar seu lado disciplinador e até mesmo violento. Ao fazê-lo, encontraram uma forma de vida auto-abusiva que, todavia, é tanto mais destrutiva em função da política de repressão quase ilimitada que marca a ação do Estado.

Há que se ter um tratamento adequado e que respeite a heterogeneidade do grupo, porém, o tratamento não deve se mostrar em termos de dicotomias (*normal e anormal*) e sim de compreensão da capacidade de subjetivação desses atores, que estão imersos numa concretude social que deve ser passada em revista pelo que se apresenta na temática aqui brevemente estudada. O caráter desse fenômeno é crescente e deve ser objeto de muitas discussões, não somente acadêmica, mas deve perfilar como ponto de debate nas entidades representativas e instituições.

Assim como a exclusão não pode ser compreendida e analisada de forma estanque e sim como um processo, nós nos colocamos como parte dessa mudança processual para que cenas como essa não sejam mais registradas⁸:



ABSTRACT

This article aims to present the scenario of street children and crack users in the city of Rio de Janeiro, identifying them in a process of extreme poverty, social exclusion and relegation. From sociological concepts opens up lanes anthropological analyzes, as a pre-test field in which they are evaluated the formation of a particular sociability of crack users who live in the city streets. In this way, it is presented a small territorial formation of drug use, calls “cracolândias”, their relationship with the street and their own scales of exclusion as well as the list of users in their own community and the residents of the formal city.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

⁸ Foto de Luiz Morier/Jornal do Brasil. Policial militar pisando na cabeça de um assaltante algemado. Rio de Janeiro, 1997.

- BARRETO, Paulo. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BURSZTYN, M. (org.), *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.
- CASTEL, Robert. “A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a desfiliação”. *CADERNO CRH*, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997
- ESCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.
- ESCOREL, Sarah. “Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro”. In BURSZTYN, M. (org.), *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- FRIDMAN, Luis Carlos. “Morte e vida favelada”. In Machado da Silva, Luiz Antonio (org.). *Vida sob cerco – violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Faperj, 2008.
- NONNENMACHER, Ana Paula. *Meninos do crack*. São Paulo: Novo Século, 2013.
- RUI, Taniele. *Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Campinas. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2012.
- SILVA, Hélio & MILITO, Claudia. *Vozes do meio fio*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *Ensaio sobre a pobreza*. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.
- WACQUANT, Loïc. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- WERNECK VIANNA, Maria Lúcia. – *Em torno do conceito de política social: notas introdutórias*. Ex. mimeo, 2002.